

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Mais de 15 anos para julgar crime contra a vida

Mais de 200 mil ações penais de competência do Tribunal do Júri aguardavam julgamento no país ao final do primeiro semestre de 2026. Desse total, mais de 43 mil tramitam há pelo menos 11 anos e 18 mil superam 15 anos de tramitação. Os dados foram apresentados pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, na abertura do Encontro Nacional de Magistrados e Servidores que atuam em Varas do Tribunal do Júri, nesta terça-feira (22/9), na sede do CNJ, em Brasília. “O problema é o fator tempo, que o Mapa (Nacional do Tribunal do Júri) nos obriga a encarar”, disse Fachin. Entre o crime e a primeira sessão do júri decorrem, em média, cinco anos e quatro meses. Somente em 2026, 2.107 processos foram extintos pela prescrição, quando, em razão do tempo transcorrido, o Estado perde o direito de punir.



STF reafirma: quem mata ou pratica abuso sexual fica inelegível mesmo com condenação anterior à Lei da Ficha Limpa

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou, por unanimidade, o entendimento de que a Lei da Ficha Limpa é aplicável a pessoas condenadas por crimes contra a vida e a dignidade sexual antes da entrada em vigor da norma. A decisão foi tomada por unanimidade no julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Partido Progressista (PP) alegando que essa hipótese de inelegibilidade foi estabelecida pela edição da Lei da Ficha Limpa que entrou em vigor em 2010 e não atingiria criminosos submetidos à Justiça antes dessa data. A situação, para a legenda, violaria o princípio constitucional da irretroatividade da lei penal mais prejudicial. Na ação, o PP pediu a diplomação de Valdir Padilha, que tentou concorrer ao cargo de vereador de São José do Herval (RS), nas eleições de 2024. Condenado por homicídio qualificado cometido antes da alteração legislativa, ele teve o registro de candidatura indeferido pela Justiça Eleitoral.

Assunto já decidido

Em seu voto, o relator, ministro Luiz Fux (foto), rejeitou a análise do pedido de diplomação, por entender que uma ADI não pode ser utilizada para solucionar situação individual e concreta. Quanto à análise da questão constitucional, Fux votou pela improcedência do pedido e lembrou que a discussão já foi encerrada pelo Supremo em 2012, quando o plenário validou a aplicação das causas de inelegibilidade previstas na Lei da Ficha Limpa às condenações e aos fatos anteriores à sua edição.



Divulgação/STM

Divulgação/Alejandro Zambrana



Encontro da cúpula do Judiciário

Presidentes de tribunais superiores reuniram-se, nesta terça-feira (22/09), para tratar de temas de interesse comum do Poder Judiciário. Entre os assuntos discutidos estiveram o uso de Inteligência Artificial (IA), a segurança cibernética e questões relacionadas à justiça previdenciária. Participaram da reunião o ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Nunes Marques, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Luis Felipe Salomão, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a ministra Maria Elizabeth Rocha, presidente do Superior Tribunal Militar (STM), e o ministro Vieira de Mello Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Nova integrante da Academia Brasileira de Letras

A presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministra Maria Elizabeth Rocha, tomou posse nesta segunda-feira (21/09) como membro da Academia Brasileira de Letras (ABrL). A solenidade foi realizada na sede do STM e reuniu ministros da Corte, magistrados, servidores, escritores, acadêmicos e convidados. Maria Elizabeth Rocha passa a ocupar a Cadeira V da Academia, cujo patrono é o escritor e jornalista Euclides da Cunha, autor de Os Sertões. A cerimônia foi presidida pelo presidente da ABrL, escritor Fabio de Sousa Coutinho, e pelo secretário da instituição, Edmilson Caminha. Na produção bibliográfica da ministra, estão obras como Filosofia das abordagens jurisdicionais no Direito Constitucional e Internacional; Ela pede vistas: estudos em homenagem à ministra Rosa Weber; Correlações entre Europa e América Latina: atualidades e perspectivas; Lições de Direito Constitucional – em homenagem ao professor Jorge Miranda; e Sobral Pinto no Superior Tribunal Militar, lançada recentemente.



Divulgação/STM

Cresce uso da IA na advocacia e os mais experientes são os que mais adotaram a tecnologia

Mais de 36 mil advogados adotaram a Inteligência Artificial em sua rotina profissional somente entre junho e setembro de 2026, segundo novo “Mapa da IA Jurídica”, levantamento realizado pela Jusfy, empresa de tecnologia no setor jurídico. O estudo revela que, apenas no período analisado, a IA jurídica da plataforma foi responsável pela criação de 285 mil documentos jurídicos. Considerando uma média de quatro horas para a elaboração de uma petição, estima-se que essa automação tenha poupado cerca de 1,14 milhão de horas de trabalho intelectual dos profissionais. Uma curiosidade da pesquisa é a desmistificação do uso da tecnologia pelos mais jovens. Contrariando estereótipos, advogados na faixa dos 40 a 59 anos são os que mais utilizam a ferramenta de IA, apresentando uma média de uso superior aos colegas mais jovens. “Os dados do nosso mapa mostram que a IA não é uma tendência restrita a uma geração ou a grandes centros urbanos. Pelo contrário, estamos vendo a tecnologia democratizar o acesso à eficiência jurídica. Do advogado solo em Tocantins aos grandes escritórios do Sudeste, a IA está se tornando o braço direito de quem busca reduzir o tempo de peticionamento e identificar abusividades”, afirma Rafael Bagolin, CEO da Jusfy.

Governança de dados

A 10ª edição do ExpoJud vai acontecer de 6 a 8 de outubro, em Brasília, trazendo para o centro do debate a inteligência artificial, a cibersegurança e os rumos da transformação digital no ecossistema de Justiça. O evento vai reunir especialistas, órgãos de controle e instituições para discutir governança de dados, análise preditiva e inovação, além de contar com lançamentos de livros e de um documentário sobre os 20 anos da digitalização dos processos no país.

“Tem candidato a presidente da República que procurou o dono do Banco Master para pedir milhões em benefício de sua própria família. Enquanto isso, o Banco Master foi acusado de tentar fraudar o povo brasileiro e obter, indevidamente, bilhões aos cofres públicos, inclusive de servidores aposentados. Já o governo do presidente Lula, por meio da atuação firme da Advocacia-geral da União, impediu a concretização desse prejuízo”



Ed Alves/CB/D.A. Press

Jorge Messias, advogado-geral da União (AGU), sobre pedido de suspensão de precatórios que aparecem em investigação sobre a rede de Daniel Vrcaro